

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PRESIDENTE DA CÂMARA DE OEIRAS

- Representante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da Juventude Socialista
- Diretor Geral da Educação
- Diretor-Geral do Ensino Secundário e Técnico Vocacional do Ministério da Educação de Timor Leste e restante Comitativa.
- Presidente da Comissão Diretiva do POCH
- Secretária-Geral do Conselho Económico e Social
- Representantes da Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação
- Representante do IEFP
- Presidente da Fundação INATEL
- Presidente da CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
- Representante da Confederação do Turismo Português
- Representante da CNEF e da AEEP
- Representante do Conselho Nacional da CGTP – Intersindical Nacional
- Representantes da Federação Nacional da Educação
- Representante do Sindicato dos Professores da Zona Norte,
- Membros do Ex-GETAP

- Restantes individualidades convidadas
- Caros Congressistas
- Minhas Senhoras e meus Senhores

Queria iniciar a minha intervenção com um agradecimento especial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República por nos ter recebido em audiência no passado dia 6 janeiro, exatamente há seis meses, e por ter aceite, desde logo, o convite que lhe formulámos para presidir à Cerimónia de Abertura deste VII Congresso o que, naturalmente, nos enche de júbilo e muito nos honra.

Atendendo, porém, a que este Congresso se realiza num momento em que ainda enxugamos as lágrimas pelo que aconteceu em Pedrógão Grande e nos municípios circunvizinhos,

- Queria deixar uma palavra de consternação e de pesar às vítimas do trágico incêndio;
- Queria dizer que a Escola Profissional da Zona do Pinhal, com sede em Pedrógão Grande, integra os órgãos sociais da ANESPO e, não por isso, mas também por isso, queremos deixar uma palavra de apoio e de solidariedade, aos alunos, às famílias, aos dirigentes, aos docentes e não docentes e população em geral, porque sabemos quanto sofreram naqueles dias trágicos que ainda estão na memória de todos;

- Queria, em face de circunstâncias tão nefastas, com a anuência de Sua Excelência o Presidente da República, propor que respeitemos um minuto de silêncio em memória das vítimas deste fatídico acidente.

(MINUTO DE SILÊNCIO)

Cumprido o dever cívico de expressarmos o nosso pesar e de sermos diligentes para com os mais necessitados queria dizer que, independentemente dos circunstancialismos e da procura de culpados a que estamos a assistir, compartimos a dor com todos os que sofreram e ainda sofrem com a tragédia que assolou os municípios da zona do pinhal.

Feita esta referência preambular que as circunstâncias impunham que se materializasse, permitam-me que saúde e me congratule com a presença do Senhor Presidente da Câmara de Oeiras a quem agradeço o apoio prestado para a realização deste Congresso.

Permitam-me que saúde e me sinta muito sensibilizado com a presença da comitiva de Timor-Leste que ocorre na sequência da visita do Senhor Vice-Ministro da Educação, ocorrida há cerca de um mês na nossa Associação.

Gostaria de sublinhar que já é antiga a cooperação encetada entre a ANESPO e o Ministério da Educação de Timor-Leste e que a sua

presença aqui significa que o governo deste país irmão, quer continuar a desenvolver o sistema de ensino e de formação timorense, à luz da experiência das escolas profissionais portuguesas. Gostaria de saudar e, muito sensibilizado, agradecer a presença de muitas outras personalidades e individualidades que representam uma multiplicidade de instituições relevantes com as quais a ANESPO se interrelaciona.

Aproveito, desde já, o ensejo para agradecer às escolas com cursos profissionais nas áreas artísticas que se disponibilizaram para participar neste Congresso.

Agradeço, particularmente, à Escola Profissional da Serra da Estrela e à Escola Profissional JOBRA que mostraram total abertura para nos proporcionarem momentos musicais, que sabemos serem de grande valia.

Gostaria de agradecer à Escola Profissional Val do Rio, sediada aqui em Oeiras, pela excelente colaboração na organização do Congresso e, por extensão, a todas as restantes escolas que, por diversas formas, se empenharam na sua realização.

Queria agradecer ao POCH – Programa Operacional do Capital Humano e, em particular, ao seu Presidente, pelo apoio que sempre tem dado à ANESPO quer como agora para viabilizar a realização

deste Congresso, quer noutros momentos em que as escolas reclamam maior celeridade nos fluxos financeiros.

Queria, brevemente, sublinhar o apoio da INATEL e do Grupo TRIVALOR e a colaboração prestada pelo dedicado pessoal que trabalha na ANESPO que foi incansável, quer no decurso do período de preparação e organização do Congresso, quer aquando da preparação da publicação da brochura sobre a oferta formativa das escolas profissionais para o próximo ano letivo, que hoje distribuímos.

*Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convidados e congressistas:*

No momento em que abrimos este VII Congresso, gostaria de pôr em relevo o trabalho empreendido pelas 160 Escolas Profissionais associadas da ANESPO e, saudar os 40.000 alunos que frequentam CP - cursos profissionais e CEF – Cursos de Educação e Formação e algumas outras ofertas, infelizmente poucas, dirigidas aos públicos adultos.

Gostaria igualmente de dizer que este Congresso ocorre depois de momentos conturbados de grande indefinição nos domínios da educação e formação protagonizados pelo governo na anterior

legislatura e que, por outro lado, se assiste, agora, a um discurso bem mais positivo em relação às Escolas Profissionais e ao ensino profissional.

Importa que se diga, em abono da verdade, que ainda subsistem problemas graves que carecem de ser resolvidos, designadamente os de natureza financeira que prejudicam o trabalho das Escolas Profissionais.

Importa que se diga, por corresponder à realidade, que muitas escolas teriam o maior gosto em participar neste VII Congresso mas, por absoluta falta de verbas para pagar a inscrição e assegurar os encargos com a permanência na região de Lisboa, lamentavelmente, não têm possibilidade de o fazer.

Referindo-me agora ao contexto em que se realiza o VII Congresso, sublinho que decorre da execução das ações previstas no Plano de Atividades e o tema geral “A educação e formação no contexto nacional e europeu” encontra explicação na relevância nacional das questões ligadas às políticas de qualificação dos jovens e dos adultos e, na necessidade de darmos um novo impulso às políticas educativas e de qualificação por forma a vencermos os atrasos e nos colocarmos em linha com a Europa mais desenvolvida, económica e socialmente, com a qual queremos ombrear.

Gostaria de, brevemente, me referir ao primeiro painel com uma temática muito ligada com a União Europeia, na qual estamos integrados, por ocorrer neste ano, ano do 60º aniversário do Tratado de Roma, do 40º aniversário do Fundo Social Europeu e cerca de 30 anos de apoio deste Fundo às escolas profissionais e a muitas organizações ligadas ao ensino e à formação.

Considero que as restantes temáticas que nos propomos abordar são extremamente pertinentes e são as seguintes:

- “As formações requeridas pelo tecido económico e social”;
- “O perfil dos alunos à saída do ensino secundário”;
- “A promoção do sucesso escolar e combate ao abandono escolar” e
- “A gestão da qualidade nas escolas profissionais”.

Ao falar nas temáticas dos diversos painéis queria dizer que sempre aproveitamos os momentos de realização dos Congressos para chamar ao nosso convívio e às reflexões conjuntas um vasto leque de individualidades que nos ajudam a perceber os fenómenos da educação e formação.

Aproveito, por isso, o ensejo para agradecer a disponibilidade manifestada e, antecipadamente, os testemunhos.

Gostaria igualmente de referir que, a parte final do Congresso, vai ser destinada à assinatura de Protocolos de Cooperação com empresas e outras instituições tendo em vista o benefício recíproco, em particular, para as nossas associadas.

Depois, temos um vasto painel no qual vão participar empresários que reconhecem a mais valia da formação profissional e, por essa razão, procuram e acolhem nos seus quadros os nossos recém-diplomados.

Aproveito para deixar uma palavra às empresas e outros agentes económicos e sociais em geral que, de forma ativa, colaboram com as escolas profissionais proporcionando aos nossos alunos experiências reais de trabalho e, em muitos casos, lhes garantem empregabilidade.

Nessa parte do Congresso vamos ouvir testemunhos de ex-alunos que vêm ao Congresso fazer o reporte de trajetórias de sucesso, nuns casos, como estudiosos e investigadores com percursos universitários extraordinários, noutros casos como empresários conscientes do seu papel na economia do país, com percursos pautados pela inovação e por apostas nos domínios das tecnologias mais avançadas.

Este é o itinerário do nosso Congresso que, periodicamente, nos convoca para refletirmos sobre as múltiplas variáveis sobre as quais assenta a organização da formação, seja dirigida a jovens, seja orientada para a formação dos adultos, mas ambas muito relevantes.

Gostaria de referir que, ao contrário do que aconteceu há três anos em que estávamos mergulhados numa das maiores crises em termos económicos e sociais, que o VII Congresso do Ensino Profissional ocorre num momento em que se registam, inegavelmente, sinais positivos, em que são bem visíveis os sinais de crescimento, desenvolvimento económico e social, mas é importante mobilizar a sociedade para criar condições de sustentabilidade.

A implementação de políticas que visem o reforço das qualificações dos portugueses concorre, de forma decisiva, para o desenvolvimento e sustentabilidade da nossa economia.

Por isso, importa que se extraiam ilações do que correu menos bem no passado e se apontem os caminhos do futuro bem alicerçados na valorização dos recursos humanos, ciência e no conhecimento.

Nesta linha, gostaria de dizer:

- que nos revemos em tudo o que de positivo comportavam as antigas escolas industriais e comerciais, embora reconhecendo

as suas limitações e a propensão para a estratificação da sociedade;

- que reconhecemos os méritos da uniformização do currículo no Pós 25 de abril, mas não podemos acompanhar quem pretendia descontinuar a formação profissionalizante;
- que saudamos a aprovação da LBSE e nos revemos no modelo curricular desenhado em finais dos anos 80 pelo GETAP – Gabinete para a Educação Tecnológica Artística e Profissional para as escolas profissionais, atento o perfil de inovação que ainda hoje comporta;
- que nos regozijamos com a adoção do modelo dos cursos profissionais desenvolvido pelas Escolas Profissionais e nas Escolas Secundárias pelo que significa em termos de avaliação da sua qualidade, mas não pactuaremos com considerações de que se trata de um ensino de segunda.

*Senhor Presidente da República, caros congressistas e convidados:*

Porque prezamos muito o trabalho desenvolvido ao longo de quase 30 anos pelas escolas profissionais, importa ter em conta as marcas distintivas do trabalho desenvolvido, designadamente:

- a) A adoção da estrutura modular e da pedagogia de projeto convocando os centros de interesse dos alunos;
- b) A adoção da pedagogia da individualização que assenta no pressuposto de que todos os alunos têm direito a uma segunda oportunidade;
- c) A promoção do sucesso escolar à entrada qualificada no mundo do trabalho tal como o prosseguimento de estudos, funcionando como verdadeiro elevador social;
- d) A resposta às necessidades do tecido económico e social e a progressiva e consistente ligação das escolas às empresas.

Fruto da trajetória que fizemos e do prestígio granjeado não nos podemos conformar com as conotações menos positivas que são feitas às Escolas e aos alunos que frequentam cursos profissionais.

Importa quebrar tabus, vencer representações sociais negativas de algumas áreas profissionais e dizer que não aceitamos a dicotomia dos cursos científico-humanísticos e dos cursos profissionais, que não faz qualquer sentido pois ambos os percursos são igualmente nobres. Importa que se tenha a noção de que ambos os percursos permitem o prosseguimento de estudos e ambos têm como objetivo a integração na vida ativa.

A diferença é que os diplomados com um curso profissional, de nível IV, podem entrar de imediato na vida ativa ou, se entenderem, fazem exames de acesso ao ensino superior, tal como os que fazem o percurso dos cursos científico-humanísticos, podem especializar-se e terminar percursos de qualificação de nível 5 ou 6, três ou quatro anos mais tarde.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Convidados e Congressistas:

Sabemos que o governo quer que haja um efetivo incremento das ofertas de cursos profissionais. Estamos com os decisores políticos quando se preconizam estas medidas.

Não podemos estar com o governo quando não assume o seu papel de regulador e quando não tem em conta todas as variáveis, como seja a redução do número de alunos, no momento de planear a rede de oferta dos diferentes cursos.

Para que se atinjam as metas inscritas no Plano Nacional de Reformas, em matéria de qualificação dos jovens, preconiza-se o encaminhamento de 55% dos alunos do ensino secundário para percursos qualificantes.

Esta é uma meta simpática, mas tem que se perceber que temos que o fazer em tempos de perda alunos. Importa que se tenha a noção de que, nos próximos 12 anos, haverá nas escolas secundárias menos um terço dos alunos.

De qualquer modo, importa perspetivar o futuro sabendo que Portugal só se aproximará dos indicadores de desenvolvimento económico e social da União Europeia em que estamos inseridos se a educação e a formação for considerada uma verdadeira prioridade.

Um dado inquestionável é que os países mais desenvolvidos da Europa e da OCDE são os que mais apostam no ensino e na formação profissional. Importa reter que a média dos alunos do ensino secundário que frequentam cursos profissionais é de 55% na União Europeia e, nos países mais desenvolvidos do centro e norte da Europa, a média situa-se nos 70%.

Portugal está, ainda, no patamar dos 42% dos alunos do ensino secundário em percursos qualificantes e, por isso, tem que fazer um esforço acrescido, o que significa aumentar as ofertas formativas.

A aposta na formação profissional impulsiona a economia em todos os setores e permite ganhos de eficiência e competitividade que não podem ser menosprezados.

Para que sejam mais visíveis os efeitos das medidas preconizadas pelo governo e haja efetivos ganhos, importa:

- Dispor de estudos de diagnóstico bem aferidos com as necessidades do tecido económico e social;
- Criar redes de oferta de cursos profissionais compatíveis com essas necessidades previamente detetadas;
- Fazer ações de informação e orientação vocacional através dos SPOs e Centros Qualifica, envolvendo os jovens e as famílias, tendo em conta as necessidades das empresas;
- Dotar as escolas, sejam públicas ou privadas, de instalações, equipamentos e recursos humanos adequados às diversas formações;
- Proporcionar aos jovens e às famílias um eficaz sistema de informação e orientação vocacional tendo em vista promover o sucesso pois já sabemos que os alunos que estão a frequentar os cursos para os quais estão vocacionados, são alunos de sucesso, na escola, e no mundo do trabalho.

Excelentíssimo Senhor Presidente, convidados e congressistas:

Para além da aposta na formação inicial de jovens, importa dar novo e decisivo impulso à formação de adultos, apostando em percursos diversificados (Cursos EFA, UFCD, formação à medida) o que implica,

o mais rapidamente possível, colocar mais recursos do FSE ao serviço da educação e da formação.

Importa que se diga que a formação profissional ministrada em Portugal com as componentes sociocultural, científica e técnica, tem contribuído fortemente para a redução dos fenómenos de abandono e insucesso escolar. A formação ministrada visa, não apenas formar profissionais, mas verdadeiros cidadãos, sendo, para muitos jovens, um trampolim para o sucesso pessoal e profissional.

Importa referir que, uma vez terminados os cursos profissionais, cerca de 15% dos alunos que frequentam cursos, em várias áreas, prosseguem estudos no ensino superior.

A ANESPO está ciente das vantagens do incremento de qualificações e está a trabalhar com as escolas no sentido de uma maior sensibilização dos alunos por forma a que se chegue ao patamar dos 33% nos próximos 5 anos.

Perspetivando o futuro gostaria de trazer à colação algumas condicionantes que são muito importantes, nomeadamente:

- a) A necessidade de se dar o salto em termos de metodologias de ensino e formação na linha do avanço conseguido na década de 80 do século passado com a estrutura modular;

- b) A premência da construção das escolas do século XXI numa aposta clara nas competências digitais, no trabalho em grupo, na capacidade de reflexão sobre as problemáticas e nas relações interpessoais;
- c) A necessidade de dotar os jovens e os adultos de competências de domínio da organização multidirecional da informação e das técnicas de pesquisa de conteúdos;
- d) A necessidade de procura da inovação a partir do que, em termos científicos e tecnológicos se tem por adquirido, a partir do que a comunidade científica discute em cada momento, acrescentando aquilo que o mercado aceite e reclame.

Sendo certo que as escolas profissionais respondem a necessidades do mercado de trabalho não nos podemos esquecer que os jovens quando chegam aos 15 anos têm que fazer opções em termos de escolha de cursos e áreas profissionais, muitas vezes, sem qualquer apoio.

Como acima sugeri, a falta de informação sobre os cursos e a falta de orientação vocacional nos diferentes territórios é muito preocupante com a agravante de que, nesta matéria, as vítimas da desinformação e falta de orientação são os mais carenciados e os mais facilmente manipulados.

Tenho a expectativa de que, por efeito do lançamento de um Projeto-Piloto promovido pelas Secretarias de Estado da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a envolvimento do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e das Escolas do distrito algo acabe por mudar.

Este projeto piloto que se pretende levar a cabo no distrito de Viana do Castelo procurará envolver os jovens em processos de informação e orientação vocacional, desde o início do terceiro ciclo, por forma a que os jovens, de forma consciente e informada, possam escolher os seus percursos, em benefício deles próprios, das famílias, das escolas e das empresas.

Deixo uma nota final de alguma preocupação relacionada com as condições de financiamento das escolas profissionais que ainda não estão resolvidos, mas como é tarde para deixar de ser otimista, acredito que o Ministro da Educação, que conhece bem estes constrangimentos, mas que ainda não logrou debelá-los, quando amanhã vier encerrar este Congresso, nos traga boas notícias.

Independentemente da dureza da nossa tarefa, saiba Vossa Excelência que continuaremos a trabalhar em prol dos nossos alunos sem prejuízo de defendermos os nossos direitos.

Saiba Vossa Excelência que continuaremos a fazer o caminho da resiliência concentrando-nos nos aspetos essenciais da ação das escolas, designadamente:

- a) Responder às necessidades educativas e formativas dos jovens;
- b) Ir ao encontro dos desejos e das expectativas das famílias;
- c) Dar respostas adequadas às necessidades do tecido económico e social.

Se retirarmos os ensinamentos da nossa história, se tirarmos partido da nossa vasta experiência, se convocarmos todos os dias o nosso potencial, as escolas profissionais continuarão a ser os verdadeiros referenciais em termos de educação e formação.

As Escolas Profissionais têm atrás de si um registo considerável de aspetos positivos, encerram saberes e experiências relevantes e uma aposta séria na qualidade dos projetos educativos.

As escolas profissionais têm revelado competência, inovação e dedicação às causas nobres de valorizar os jovens e os adultos, mesmo envoltos de grandes dificuldades.

As Escolas Profissionais, terão futuro!

O país pode contar com as Escolas Profissionais, o país pode contar connosco.



Muito obrigado,

José Luis Presa